Editora Solução
a solução para o seu concurso!

POLÍCIA PENAL - PE

500 Questões Gabaritadas

Policial Penal

SL-011NV-26
7901183012077

SÉRIE PRATICANDO

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa 5
2. Ética no Serviço Público 33
3. Legislação Estadual 43
4. Noções de Informática 57
5. Direito Administrativo 67
6. Direito Constitucional 77
7. Direito Penal 89
8. Direito Processual Penal 99
9. Legislação Especial 111
10. Execução Penal 123
11. Noções de Direitos Humanos e Participação Social 137

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (CEBRASPE - 2026)

Texto CG1A1-I

A inteligência artificial (IA) na educação é, sem dúvida, um dos campos emergentes mais promissores na tecnologia educacional. Essa tecnologia possibilita que máquinas simulem habilidades humanas, como aprendizagem e resolução de problemas. Apesar de a IA estar há mais de 30 anos em desenvolvimento, o debate sobre sua aplicação pedagógica em larga escala e seu impacto no ensino superior permanece em aberto.

Até recentemente, suas principais aplicações concentravam-se em serviços de apoio acadêmico e administrativo, como análise de perfis, previsões, avaliação de desempenho, monitoramento de metas, personalização e tutoria inteligente. Contudo, a partir de 2020, modelos de linguagem generativa, como o ChatGPT, começaram a ser amplamente utilizados, marcando um avanço significativo no ensino e na aprendizagem.

Esses modelos podem transformar buscas na Internet em relatórios abrangentes que simulam textos humanos. Entretanto, compreender seu funcionamento é essencial, pois seu uso levanta debates sobre ética, plágio e outras questões. Apesar do impacto ainda imprevisível, a IA tem o potencial de transformar a educação nos próximos anos, apoiando alunos, professores e administradores em todas as etapas do ensino.

Para isso, é fundamental compreender o valor e as limitações da IA. As instituições não podem deixar esse processo ao acaso: é indispensável uma abordagem sistemática que garanta formação adequada e uma estrutura clara, com o envolvimento de todas as partes interessadas, para que as decisões sobre o uso da IA sejam bem entendidas e amplamente aceitas por toda a comunidade acadêmica.

Como em qualquer tecnologia significativa, as decisões devem ser tomadas no nível certo e pelas pessoas adequadas. Cabe à gestão superior e ao corpo docente decidir como a IA será utilizada. Ignorar essa inovação e esperar que desapareça não é uma opção, pois ela continuará a evoluir e a se fortalecer. Instituições que não adotam essas inovações formarão profissionais despreparados para as demandas de um mercado cada vez mais tecnológico e dinâmico.

Internet: <https://unifametro.edu.br> (com adaptações).

No primeiro parágrafo do texto CG1A1-I, o termo "que", no trecho "Essa tecnologia possibilita que máquinas simulem habilidades humanas", introduz oração subordinada

(A) com função adverbial, que expressa circunstância de finalidade.

(B) cujo verbo está flexionado no presente do subjuntivo.

(C) com a função adjetiva de restringir o termo antecedente "tecnologia".

(D) cujo verbo está flexionado no modo imperativo.

(E) que exerce função sintática de sujeito da oração principal.

2. (CEBRASPE - 2026)

Texto CG1A1

A adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável firmou um compromisso de todos os países com um conjunto de objetivos e metas universais, integradas e transformacionais, codificados nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), cuja tradução em ação representa um grande desafio.

A tributação é um importante mecanismo de estímulo ao desenvolvimento sustentável, que pode aumentar a eficiência da utilização de recursos naturais, impulsionar a inovação e possibilitar a transformação para o alcance do bem comum. Uma política fiscal que promova a criação de adequados incentivos na economia, acoplada a um uso otimizado dos recursos, é fator chave para o alcance dos ODS.

Uma parceria entre o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial identificou que a tributação é um fator significativo em, pelo menos, 10 dos 17 ODS, estruturando uma plataforma específica para tratar a inter-relação entre esses elementos.

A conexão entre os tributos e os ODS estabelecida pela plataforma tem por fundamento diversos grandes elementos.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

O primeiro deles é a importância dos recursos gerados pelos tributos, os quais são essenciais para financiar as atividades públicas que servem à implementação dos ODS. Decerto, todos os ODS encontram-se contemplados por esse elemento, na medida em que recursos públicos são imprescindíveis para a implementação de quaisquer políticas públicas. Há uma relação especial desse aspecto com o disposto no ODS 17, que trata da construção de parcerias e meios de implementação para o atendimento às metas dos ODS.

Um segundo aspecto diz respeito à equidade e ao crescimento econômico, os quais são intrinsecamente afetados pela estrutura tributária. Esse elemento encontra-se diretamente correlacionado ao ODS 1, que trata da erradicação da pobreza, bem como ao ODS 8, que indica metas de crescimento econômico com trabalho decente, ao ODS 10, relativo ao objetivo de redução das desigualdades, e ao ODS 5, relacionado à igualdade de gênero.

Adicione-se a isso o fato de que os tributos influenciam o comportamento e as escolhas das pessoas, com implicações para os resultados em saúde, educação, consumo sustentável, energia limpa e luta contra as mudanças climáticas, abordados pelos ODS 3, 4, 12, 7 e 13, respectivamente.

Além disso, uma tributação justa e equitativa promove a confiança do contribuinte no governo e fortalece os contratos sociais que sustentam o desenvolvimento, relacionando-se ao ODS 16, voltado à promoção da justiça, da paz e de instituições sólidas e eficazes.

É interessante notar que o aumento do esforço fiscal interno aos países vem sendo destacado pelas instituições internacionais como um elemento-chave nesse cenário. De fato, a falta de capacidade imponível vem sendo vista como um sintoma, mas também como uma das causas da dificuldade de desenvolvimento. Nesse sentido, instituições internacionais indicam como prioridade a mobilização de fundos nacionais, por meio da otimização dos sistemas tributários e da capacidade impositiva, para que se possam alcançar os ODS. Porém, os benefícios do aumento da arrecadação dependem, por óbvio, da forma como se dá a alocação dos recursos públicos, ou seja,

a obtenção de recursos ou o aumento da tributação, de forma isolada, é insuficiente, de modo que sua influência na implementação dos ODS depende de como os recursos são gerenciados e utilizados.

Assim, ao se voltar a atenção para a otimização dos sistemas de obtenção de recursos internos aos países, a necessária implementação dos ODS demanda que um eventual aumento da carga tributária venha realmente acompanhado de uma efetiva melhoria da alocação em gastos sociais.

O alcance do desenvolvimento sustentável sistêmico deixa evidente, portanto, que o fenômeno tributário deve ser estruturado de forma conjunta com o fenômeno financeiro, correlacionando-se com a forma como os recursos são aplicados, bem como com o uso das renúncias fiscais e dos fundos financeiros que vinculam a receita a uma determinada despesa específica, voltada ao atendimento dos ODS.

Internet: <www.gov.br/> (com adaptações).

No texto CG1A1, a expressão “na medida em que” (segundo período do quinto parágrafo) expressa circunstância de

(A) conformidade.
(B) finalidade.
(C) consequência.
(D) causa.
(E) concessão.

3. (CEBRASPE - 2025)

Texto CG3A1

Cientistas alertam que, com a atual taxa de aquecimento de 0,2 °C por década, é altamente provável que a meta de 1,5 °C do Acordo de Paris seja violada de forma permanente dentro da década de 2030. Um relatório da Organização Meteorológica Mundial prevê que a média de cinco anos entre 2024 e 2028 possa ultrapassar esse limite, chegando-se, em um único ano, a 1,9 °C acima do período pré-industrial.

Mesmo com a previsão de uma leve redução em 2025, devido ao fenômeno La Niña, especialistas afirmam que o planeta continua em uma trajetória de aquecimento preocupante. “Uma pequena queda não muda a clara trajetória ascendente em que estamos”, explicou Paulo Ceppi, cientista climático do Imperial College London.

O consenso científico é claro: ações imediatas e drásticas para reduzir emissões de carbono são necessárias. “O mundo não precisa inventar uma solução mágica para impedir que as coisas piorem em 2025” expressou Friederike Otto, cientista climática do Imperial College London. “Sabemos exatamente o que precisamos fazer para deixar de usar combustíveis fósseis.” Sem mudanças substanciais, os impactos climáticos devem se intensificar, colocando em risco ecossistemas e milhões de vidas humanas.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

1. (CEBRASPE - 2025)

De acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (Lei n.º 8.112/1990), um dos requisitos básicos para a investidura em cargo público é

(A) ter idade mínima de 21 anos.
(B) ter nascido no Brasil.
(C) ser domiciliado no território nacional.
(D) estar no gozo dos direitos políticos.
(E) possuir o segundo grau completo.

2. (CEBRASPE - 2025)

Assinale a opção correta com base na Lei n.º 8.112/1990.

(A) As sanções civis, penais e administrativas aplicáveis a servidores públicos são inacumuláveis e independentes entre si.
(B) Nomeação, promoção e readaptação são formas de provimento de cargo público.
(C) A readaptação consiste no retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado em decorrência de sua inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.
(D) A reversão de servidor pode ocorrer no interesse da administração pública, desde que sua aposentadoria tenha sido involuntária.
(E) O prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício é de trinta dias, contados a partir da data da posse.

3. (CEBRASPE - 2023)

Na hipótese de determinado servidor público federal estável retornar ao cargo anteriormente ocupado em decorrência de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo, ocorre provimento de cargo público denominado

(A) readaptação.
(B) reversão.
(C) recondução.
(D) aproveitamento.
(E) reintegração.

4. (CEBRASPE - 2023)

Bernardo, jogador de futebol profissional aposentado, foi nomeado para exercer determinado cargo em comissão na administração pública. Por seu carisma e sua cordialidade, além da competência e assiduidade no desempenho do trabalho, logo se tornou bastante querido entre os colegas, sendo alçado a capitão do time de futebol dos agentes da repartição, o que deixou o seu chefe, capitão do time até então, extremamente incomodado com a situação. Diante disso, o chefe, que havia designado Bernardo para o cargo, resolveu exonerá-lo.

Nessa situação hipotética, Bernardo

(A) não tem direito à reintegração nem à indenização.
(B) tem direito à reintegração ao cargo, dada a ilegalidade de sua exoneração.
(C) tem direito à reversão ao cargo, dada a ilegalidade de sua exoneração.
(D) tem direito à recondução ao cargo e à indenização pela dispensa arbitrária.
(E) não tem direito à reintegração, mas poderá ser indenizado pela ausência de motivação do ato de exoneração.

5. (CEBRASPE - 2021)

Assinale a opção que, à luz da Lei n.º 8.112/1990, apresenta forma de provimento pela qual, atendidos os requisitos legais, o servidor aposentado poderá retornar à atividade, tanto no interesse da administração quanto por insubsistência dos motivos que levaram à aposentadoria por invalidez.

(A) reversão
(B) reintegração
(C) readaptação
(D) aproveitamento
(E) recondução

6. (CEBRASPE - 2026)

Quando um servidor ocupante de cargo público efetivo não satisfaz às exigências do estágio probatório, ocorre a vacância do cargo por meio de

(A) exoneração.
(B) readaptação.
(C) aproveitamento.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

(D) promoção.
(E) demissão.

7. (CEBRASPE - 2023)

Considerando o que estabelece o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais acerca dos cargos públicos, assinale a opção correta.

(A) As funções de confiança são exercidas preferencialmente por servidores ocupantes de cargo efetivo e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira, destinam-se apenas às atribuições de assessoramento.
(B) Nomeação, promoção, permuta, readaptação, reversão, aproveitamento, reintegração e a recondução são formas de provimento dos cargos públicos.
(C) A vacância do cargo público decorrerá de exoneração, demissão, promoção, readaptação, aposentadoria, posse em outro cargo inacumulável e falecimento.
(D) A posse, ato personalíssimo, não admite representação por procuração e, no caso de impedimento, há possibilidade de pedido de prorrogação do prazo por 15 dias, contados da publicação do ato de provimento.
(E) Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 15% das vagas oferecidas no concurso.

8. (CEBRASPE - 2021)

Segundo a Lei n.º 8.112/1990, o servidor público poderá ausentar-se do serviço por oito dias consecutivos, sem qualquer prejuízo, no caso de

(A) falecimento do cônjuge.
(B) doação de sangue.
(C) alistamento eleitoral.
(D) indisposição com colega de trabalho.
(E) recadastramento eleitoral.

9. (CEBRASPE - 2025)

No que se refere ao exercício da atividade empresária, permite-se que servidores públicos federais e membros do Ministério Público participem, respectivamente, como

(A) administradores e cotistas de sociedade comercial.
(B) comanditários e administradores de sociedade privada.
(C) comanditários e gerentes de sociedade comercial.
(D) acionistas e gerentes de sociedade privada.
(E) cotistas e acionistas de sociedade comercial.

10. (CEBRASPE - 2025)

Assinale a opção correta no que se refere às penalidades aplicáveis ao servidor público, conforme a Lei n.º 8.112/1990.

(A) A multa é a única sanção disciplinar prevista para servidores públicos comissionados.
(B) A advertência será feita de forma verbal nos casos considerados de menor gravidade.
(C) A inassiduidade habitual insere-se entre os casos que ensejam a aplicação da penalidade de demissão.
(D) A cassação da aposentadoria do inativo restringe-se aos casos de demissão motivada pelo cometimento, na atividade, de crime contra a administração pública.
(E) O prazo máximo da penalidade de suspensão é de 60 dias consecutivos.

11. (CEBRASPE - 2025)

Assinale a opção correta de acordo com o que dispõe a Lei n.º 8.112/1990.

(A) É dever do servidor público guardar sigilo sobre assunto da repartição.
(B) Ao servidor público é permitido, desde que mediante autorização da chefia imediata, utilizar o material e os bens públicos para fins particulares.
(C) É dever do servidor público priorizar a agilização de suas tarefas, ainda que em detrimento de sua obrigação de zelar pela economia do material sob sua responsabilidade.
(D) É direito do servidor público recusar atendimento ao cidadão no caso de sobrecarga de trabalho.
(E) Ao servidor público é permitido promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição.

12. (CEBRASPE - 2025)

Considere que um servidor federal, em licença para tratar de interesses particulares, tenha utilizado sua identificação funcional para intermediar contratos entre empresas privadas e órgãos públicos. Nesse caso, de acordo com a Lei n.º 8.112/1990, a conduta do referido servidor

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

1. (2026)

A Lei nº 15.755, de 4 de abril de 2016, institui o Código Penitenciário do Estado de Pernambuco e estabelece diretrizes para a organização, o funcionamento e a execução das medidas privativas de liberdade. Considerando os objetivos da execução penal previstos nos arts. 1º, 3º e 4º dessa legislação, assinale a alternativa correta.

(A) A execução penal tem como finalidade exclusiva a proteção da sociedade, sendo a reintegração social uma atividade facultativa dos estabelecimentos prisionais.

(B) A pessoa privada de liberdade perde a titularidade dos direitos fundamentais durante o cumprimento da pena, podendo recuperá-los somente após a extinção da condenação.

(C) A execução das medidas privativas de liberdade deve orientar-se à reintegração social, respeitar a personalidade da pessoa privada de liberdade e ser realizada com imparcialidade, sem discriminações indevidas.

(D) A participação da sociedade na reinserção social deve ser evitada, pois a execução penal constitui responsabilidade exclusivamente administrativa do Estado.

(E) O cumprimento da pena deve desconsiderar as características individuais da pessoa privada de liberdade, garantindo tratamento idêntico independentemente das exigências de individualização.

2. (2026)

O art. 13 da Lei nº 15.755/2016 estabelece atribuições específicas da Secretaria Executiva de Ressocialização do Estado de Pernambuco, órgão responsável por atividades relacionadas à administração e ao funcionamento do sistema penitenciário estadual. Considerando essas competências, assinale a alternativa correta.

(A) Compete à Secretaria Executiva de Ressocialização supervisionar e coordenar os estabelecimentos penais, fiscalizar periodicamente os serviços penitenciários e promover a formação e o aperfeiçoamento dos profissionais do sistema.

(B) Cabe à Secretaria Executiva de Ressocialização substituir o Poder Judiciário na concessão de benefícios penais e determinar, independentemente de decisão judicial, a extinção das penas.

(C) A atuação da Secretaria Executiva de Ressocialização limita-se à administração financeira dos estabelecimentos, não abrangendo atividades educacionais, sociais ou de proteção dos direitos fundamentais.

(D) A fiscalização dos estabelecimentos prisionais somente poderá ocorrer mediante autorização expressa do Ministério Público, sendo vedada a inspeção administrativa periódica.

(E) A formação dos servidores penitenciários constitui atribuição exclusiva das instituições privadas de ensino, não integrando as responsabilidades da administração penitenciária estadual.

3. (2026)

A Lei nº 15.755/2016 estabelece diferentes espécies de estabelecimentos penais, considerando a situação processual das pessoas privadas de liberdade e os regimes de cumprimento de pena. Com fundamento nos arts. 37, 38, 41, 42 e 46 do Código Penitenciário do Estado de Pernambuco, assinale a alternativa correta.

(A) As cadeias públicas destinam-se prioritariamente ao cumprimento definitivo de penas em regime aberto, enquanto as penitenciárias recebem exclusivamente presos provisórios.

(B) As colônias penais agrícolas, industriais ou similares destinam-se ao cumprimento de penas em regime fechado, exigindo-se obrigatoriamente acomodação individual.

(C) Os presídios destinam-se exclusivamente aos condenados em regime semiaberto, sendo proibido o recolhimento de pessoas submetidas à prisão cautelar.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

(D) A Casa do Albergado constitui estabelecimento destinado ao cumprimento de medidas de segurança de internação, devendo possuir estruturas reforçadas contra fugas.
(E) As colônias penais agrícolas, industriais ou similares destinam-se ao cumprimento da pena em regime semiaberto, devendo ser observada a separação entre reincidentes e não reincidentes.

4. (2026)

Durante procedimento de fiscalização, constatou-se que determinado estabelecimento prisional do Estado de Pernambuco possui celas com dimensões inferiores às exigidas pela legislação estadual e condições inadequadas de ventilação e iluminação natural. Considerando o art. 26 da Lei nº 15.755/2016, assinale a alternativa correta.

(A) A legislação estabelece área mínima de 4 m² por cela, independentemente das condições ambientais existentes.
(B) As celas devem possuir área mínima de 6 m² e observar condições de salubridade relacionadas à aeração, à insolação e ao condicionamento térmico adequado à existência humana.
(C) A área mínima das celas é de 8 m², dispensando-se os requisitos de insolação quando houver ventilação artificial.
(D) A definição das dimensões das celas compete exclusivamente ao gestor da unidade, sem parâmetros mínimos previstos no Código Penitenciário.
(E) A exigência de condições adequadas de salubridade aplica-se somente às unidades destinadas a presos provisórios, não alcançando os estabelecimentos para condenados.

5. (2026)

O art. 94 da Lei nº 15.755/2016 estabelece disposições relativas à remuneração do trabalho prisional, observando os arts. 28 a 37 da Lei Federal nº 7.210/1984. Entre as finalidades previstas para a repartição dessa remuneração está a formação de pecúlio prisional, destinado a proporcionar recursos à pessoa privada de liberdade em determinadas situações. Assinale a alternativa que apresenta corretamente o percentual estabelecido para a constituição desse pecúlio.

(A) 10% da remuneração, depositados em conta vinculada à administração penitenciária.
(B) 15% da remuneração, destinados exclusivamente ao pagamento de despesas familiares.
(C) 20% da remuneração, cuja utilização ocorrerá apenas mediante autorização judicial.
(D) 25% da remuneração, em forma de caderneta de poupança, para entrega nas hipóteses legalmente previstas.
(E) 30% da remuneração, destinados obrigatoriamente à indenização por danos decorrentes da infração penal.

6. (2026)

O processo disciplinar das pessoas privadas de liberdade deve observar garantias procedimentais e prazos específicos. A Lei nº 15.755/2016, em seus arts. 143 a 148, disciplina a notificação, a instrução, o exercício da defesa, o julgamento e a interposição de recursos. Considerando essas disposições, assinale a alternativa correta.

(A) A pessoa privada de liberdade deverá ser notificada em até cinco dias após a instauração do procedimento, podendo apresentar defesa exclusivamente depois da decisão final.
(B) Instaurado o procedimento disciplinar, a pessoa privada de liberdade será notificada em até dois dias, assegurando-se a participação de advogado ou defensor público na instrução e o exercício do direito de defesa.
(C) O procedimento disciplinar deverá ser concluído obrigatoriamente em 48 horas, sendo dispensável a apresentação de provas quando houver relatório de servidor penitenciário.
(D) A decisão disciplinar será irrecorrível na esfera administrativa, independentemente da natureza da falta ou da penalidade aplicada.
(E) A interposição de recurso administrativo terá efeito suspensivo obrigatório e deverá ocorrer no prazo de trinta dias após a decisão.

7. (2026)

A Lei nº 15.755/2016 estabelece critérios para a classificação da conduta das pessoas privadas de liberdade, considerando a existência e a gravidade das infrações disciplinares. Conforme o art. 135, § 6º, a progressão para uma classificação imediatamente superior depende da ausência de novas faltas durante determinados períodos. Assinale a alternativa que apresenta corretamente os prazos relacionados, respectivamente, às faltas leves, médias e graves.

(A) 30, 60 e 90 dias.
(B) 45, 90 e 120 dias.
(C) 60, 120 e 240 dias.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. (CEBRASPE - 2025)

Assinale a opção em que é citado o princípio previsto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) ao qual o SEBRAE deve atender ao realizar o enriquecimento e a atualização dos dados pessoais de seus clientes.

(A) segurança
(B) prevenção
(C) qualidade dos dados
(D) transparência

2. (CEBRASPE - 2025)

O artigo 6º da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) estabelece o seguinte:

As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios: finalidade; adequação; necessidade; livre acesso; qualidade dos dados; transparência; segurança; prevenção; não discriminação; responsabilização e prestação de contas.

BRASIL. Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 ago. 2018 (adaptado).

Considere que uma empresa do setor educacional envie e-mails promocionais a seus ex-alunos com ofertas de cursos de pós-graduação, utilizando dados de contato dessas pessoas que foram coletados para fins acadêmicos à época de sua matrícula na graduação. Os e-mails contêm o nome completo do ex-aluno, o curso que ele concluiu e sugestões personalizadas com base em seu histórico acadêmico.

Com base nos princípios da LGPD e considerando os aspectos éticos da comunicação organizacional, assinale a opção que apresenta uma ação adequada para garantir conformidade legal e respeito ao público externo nessa situação.

(A) Reestruturar a comunicação, inserindo no contrato de ingresso para a graduação uma nota de rodapé que contenha um texto que informe a possibilidade de a empresa usar as informações do contratante para fins acadêmicos.
(B) Reestruturar a comunicação, obtendo consentimento prévio e explícito dos ex-alunos para fins promocionais, oferecendo também mecanismo de cancelamento, em conformidade com os princípios da transparência e da finalidade.
(C) Manter o envio dos e-mails, na medida em que, em conformidade com o princípio do livre acesso, a empresa em questão tem acesso aos dados fornecidos pelos ex-alunos e, portanto, pode utilizá-los para fins de comunicação e marketing.
(D) Manter o envio dos e-mails, já que os princípios da finalidade e da adequação garantem que a empresa possa utilizar dados coletados para fins acadêmicos na promoção dos cursos de pós-graduação, por se tratar de um serviço da mesma natureza.

3. (CEBRASPE - 2025)

TEXTO 1

Em resposta a pedido de acesso ao documento feito pela reportagem de O Globo, com base na Lei de Acesso à Informação (LAI), o Ministério da Saúde alegou: "Não obstante, analisando o teor da solicitação, concluímos, salvo melhor juízo, que o Pedido de Acesso à Informação em questão não é passível de atendimento, uma vez que os dados solicitados, por serem referentes à saúde, vinculados a uma pessoa natural, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (inciso II do art. 5º), são considerados dados pessoais sensíveis".

TALENTO, A. Ministério da Saúde nega pedido da Lei de Acesso à Informação para fornecer dados do cartão de vacinação de Bolsonaro. **O Globo**, *11 jan. 2023. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/01/. Acesso em: 13 ago. 2025 (adaptado).*

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

TEXTO 2

A divulgação de um cartão de vacina de um presidente em meio a uma pandemia é diferente de uma questão íntima de saúde, diz o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU) em entrevista à coluna: "Quando você fala de saúde, você normalmente está lidando com um caso relacionado à privacidade das pessoas. Só que, quando você está falando de vacinação, você está falando de uma política pública no meio de uma pandemia. Uma agenda de saúde pública". O sigilo sobre o cartão de vacinação de Jair Bolsonaro deve ser reanalisado em breve pelo órgão.

AMADO, G. Ministro da CGU: cartão de vacina na pandemia é diferente de questão íntima de saúde. **Metrópoles***, 14 fev. 2023. Disponível em: https://www.metropoles.com/colunas/. Acesso em: 13* ago. 2025 (adaptado).

A partir dos textos apresentados e considerando que, após reanálise da CGU, veículos jornalísticos divulgaram o cartão de vacina do ex-presidente Jair Bolsonaro, assinale a opção **correta** sobre a relação entre a proteção de dados pessoais e os princípios jornalísticos.

(A) Os veículos jornalísticos não atuaram eticamente e infringiram a LGPD, pois divulgaram dados sensíveis de um cidadão brasileiro.

(B) Os veículos jornalísticos atuaram de acordo com a LGPD e com os princípios da profissão, pois divulgaram dados de interesse público.

(C) Os veículos jornalísticos atuaram de acordo com a LGPD, porém infringiram os princípios éticos da profissão, pois não atenderam ao interesse público.

(D) Os veículos jornalísticos atuaram de acordo com os princípios da profissão, porém infringiram a LGPD, pois divulgaram dados sensíveis de um cidadão brasileiro.

4. (CEBRASPE - 2024)

À luz do disposto na Lei n.º 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) —, assinale a opção **correta**.

(A) Todas as empresas que efetuem tratamento de dados de consumidores devem indicar e divulgar publicamente seu encarregado do tratamento de dados pessoais.

(B) Em todos os casos de tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes, é necessário o consentimento específico de, ao menos, um dos pais ou do responsável legal.

(C) O relatório de impacto na proteção de dados pessoais (RIPD) é exigível para qualquer operação de tratamento de dados com fins lucrativos.

(D) A LGPD é aplicável a pessoas jurídicas públicas e privadas e a pessoas jurídicas de outros países, neste caso, por exemplo, se houverem coletado dados no Brasil.

(E) De acordo com o regime da LGPD, dados anonimizados são dados sensíveis.

5. (CEBRASPE - 2024)

À luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 13.709/2018), assinale a opção **correta.**

(A) O tratamento de dados pessoais não poderá ocorrer à revelia do consentimento do titular dos dados.

(B) É vedado o tratamento de dados pessoais como condição para o fornecimento de produto ou de serviço ou para o exercício de direito.

(C) As atividades de tratamento de dados pessoais devem observar o princípio da finalidade, segundo o qual há a necessidade de o tratamento ser compatível com a finalidade informada ao titular.

(D) O SEBRAE e as microempresas e empresas de pequeno porte que com ele se relacionam não são titulares de dados pessoais sensíveis.

6. (CEBRASPE - 2023)

A Lei Geral de Proteção de Dados

(A) não diferencia entre dado pessoal e dado pessoal sensível.

(B) aplica-se a qualquer operação de tratamento de dados, desde que esta seja realizada no território nacional.

(C) aplica-se ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente jornalístico.

(D) define dado anonimizado como aquele que é operado pelo controlador de dado na ocasião de seu tratamento.

(E) considera restritas ao meio digital a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor.

7. (CEBRASPE - 2022)

Conforme a LGPD, a compatibilidade do tratamento dos dados com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento é traduzida pelo princípio da

(A) segurança.

(B) necessidade.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (CEBRASPE - 2023)

No que se refere às fontes do direito administrativo, assinale a opção correta.

(A) Segundo a doutrina majoritária, devido à formalidade que caracteriza o direito administrativo, suas fontes são, necessariamente, escritas.

(B) Quando se cita a lei como fonte do direito administrativo, faz-se referência às leis ordinárias regularmente aprovadas pelo Congresso Nacional.

(C) Apesar de sua relevância para orientar os agentes públicos, a jurisprudência não é tida como fonte do direito administrativo.

(D) Leis que são fonte do direito administrativo não necessariamente têm aplicabilidade em todo o território nacional.

(E) A jurisprudência somente é fonte do direito administrativo nos países que adotam o sistema de contencioso administrativo.

2. (CEBRASPE - 2025)

Em relação aos princípios da administração pública que informam o direito administrativo, julgue os itens a seguir.

I. Conforme o princípio da publicidade, a administração pública deve sempre dar ampla divulgação aos seus atos, não havendo hipóteses legais de sigilo.

II. O princípio da moralidade administrativa é um princípio implícito que impõe que o servidor público, ao praticar um ato administrativo, sempre avalie se os meios utilizados são adequados aos fins aos quais o ato se destina.

III. O princípio da eficiência determina que a administração pública atue de forma célere e sem burocracia, prescindindo-se da consideração da economicidade para a sua análise.

IV. Uma das acepções do princípio da impessoalidade se relaciona com a finalidade pública, devendo a administração pública atuar sempre com vistas a atender o interesse público, sem prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas.

Assinale a opção correta.

(A) Apenas o item **III** está certo.

(B) Apenas o item **IV** está certo.

(C) Apenas os itens **I** e **II** estão certos.

(D) Apenas os itens **II** e **IV** estão certos.

(E) Apenas os itens **I** e **III** estão certos.

3. (CEBRASPE - 2022)

A vontade da pessoa jurídica será atribuída aos órgãos que a compõem em razão do princípio

(A) da impessoalidade.

(B) do pluripersonalismo.

(C) da finalidade.

(D) da representação.

(E) da imputação volitiva.

4. (CEBRASPE - 2021)

A administração pública está sujeita a uma série de princípios, alguns previstos de modo implícito e outros de modo explícito tanto na legislação quanto na Constituição Federal de 1988, os quais balizam o exercício da função administrativa. Essa série de princípios, conforme a Lei n.º 9.784/de 1999, inclui o princípio

(A) da vedação de retrocesso.

(B) da segurança jurídica.

(C) da liberdade de acesso a órgãos e repartições públicas.

(D) da modicidade na cobrança de despesas processuais.

(E) do controle judicial.

5. (CEBRASPE - 2021)

Considerando que o inadimplemento das obrigações, por culpa do particular, nas contratações realizadas pela administração pública impõe o dever de aplicação de penalidade, assinale a opção correspondente ao princípio caracterizador do regime administrativo que torna obrigatória a efetivação da sanção.

(A) indisponibilidade do interesse público

(B) publicidade

(C) vinculação ao contrato

(D) aderência aos deveres anexos

(E) função social

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

6. (CEBRASPE - 2023)

Assinale a opção que apresenta apenas atributos dos atos administrativos.

(A) presunção de legitimidade, imperatividade, exigibilidade, executoriedade

(B) sujeito, forma, objeto, finalidade, motivo

(C) exigibilidade, executoriedade, atos materiais, objeto, defesas

(D) imperatividade, exigibilidade, executoriedade, finalidade

(E) presunção de legitimidade, imperatividade, exigibilidade, motivo

7. (CEBRASPE - 2026)

O Diretor de Recursos Humanos da Câmara Municipal, após o recebimento de requerimento de servidor interessado, expediu em um ato formal a declaração de tempo total de serviço prestado pelo requerente à administração pública, com base exclusivamente nos registros funcionais constantes no sistema interno, atestando fielmente as informações existentes nos assentamentos funcionais. Nessa situação hipotética, o ato praticado pelo diretor classifica-se como ato

(A) ordinatório.

(B) negocial.

(C) sancionador.

(D) normativo.

(E) enunciativo.

8. (CEBRASPE - 2024)

É ato vinculado

(A) a concessão de anistia política.

(B) a licença para capacitação de servidores públicos.

(C) a escolha de dirigente de órgão público.

(D) a transferência de militar.

(E) a concessão de indulto.

9. (CEBRASPE - 2022)

A administração pública concedeu licença a particular para construir uma escola em determinada área, após verificar que este cumprira com todas as exigências legais para tal. Considerando-se a situação hipotética apresentada, o ato administrativo concedido é

(A) normativo.

(B) punitivo.

(C) ordinatório.

(D) negocial.

(E) enunciativo.

10. (CEBRASPE - 2022)

Na administração pública, o poder hierárquico

(A) é acessório, podendo haver distribuição de competências dentro da organização administrativa sem que haja relação hierárquica sobre determinadas atividades.

(B) é a relação que permite a apuração de infrações e a aplicação de penalidades a servidores públicos e outras pessoas sujeitas à disciplina interna administrativa.

(C) manifesta-se na relação hierárquica entre a administração direta e as entidades descentralizadas da administração indireta.

(D) permite a emanação de atos com efeitos amplos, abstratos e coercitivos.

(E) obriga a administração a estar amparada em parecer técnico-profissional para a solução de questões que exijam conhecimento especializado.

11. (CEBRASPE - 2026)

A atividade estatal consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público denomina-se poder

(A) regulamentar.

(B) hierárquico.

(C) disciplinar.

(D) vinculado.

(E) de polícia.

12. (CEBRASPE - 2025)

Assinale a opção **correta** a respeito do abuso de poder no exercício da função administrativa.

(A) O agente que praticar ato com abuso de poder responderá somente na esfera administrativa.

(B) O excesso de poder acontece quando a autoridade pratica ato dentro da competência legal, mas motivado por interesse pessoal.

(C) A autoridade administrativa pode modificar a finalidade do ato, desde que persista o interesse público.

(D) O abuso de poder na prática de ato administrativo configura vício e pode ensejar sua nulidade, mesmo que formalmente o ato esteja correto.

(E) O desvio de finalidade ocorre quando o agente público extrapola os limites de sua competência legal ao praticar determinado ato.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (CEBRASPE - 2026)

Em determinada ação judicial, discute-se se o particular pode exigir diretamente do Estado a observância de direito fundamental previsto no texto constitucional, na ausência de lei regulamentadora. O Estado sustenta que a ausência de regulamentação impede a exigibilidade do direito, ao passo que o particular alega que o direito pode ser exercido independentemente de regulamentação.

Nessa situação hipotética, de acordo com a CF,

(A) a tese alegada pelo particular está correta, pois as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, sendo inaplicável o argumento de ausência de regulamentação para impedir seu exercício.

(B) a tese sustentada pelo Estado está correta, pois a aplicação imediata dos direitos fundamentais depende de expressa dispensa de regulamentação pelo constituinte originário em cada caso.

(C) ambas as teses são incorretas, pois a exigibilidade dos direitos fundamentais na ausência de regulamentação depende de reconhecimento pelo STF em cada caso concreto.

(D) ambas as teses são parcialmente corretas: a ausência de regulamentação impede o exercício de direitos fundamentais de natureza coletiva, mas não o dos de natureza individual.

(E) a tese sustentada pelo Estado está correta caso se trate de norma constitucional de eficácia limitada, categoria que abrange todos os direitos e garantias fundamentais constitucionalmente previstos.

2. (CEBRASPE - 2022)

A respeito do poder constituinte, é **correto** afirmar que

(A) a atualização de uma Constituição pode ser feita tanto pelo poder constituinte originário quanto pelo poder constituinte derivado, por meio da chamada mutação constitucional e da reforma constitucional.

(B) o poder constituinte originário é extraordinário, uma vez que pode surgir a qualquer momento, devido à sua excepcionalidade.

(C) o poder constituinte originário, cujo titular é o povo, não tem limites e, por isso, pode atualizar amplamente a Constituição.

(D) o poder constituinte derivado decorrente é aquele que objetiva atualizar a Constituição por intermédio de emenda constitucional.

(E) o poder constituinte derivado, quando da criação de Constituição estadual, assemelha-se ao poder constituinte originário, sendo, nesse caso específico, um poder ilimitado.

3. (CEBRASPE - 2022)

Com relação ao direito à igualdade, expressamente previsto no art. 5.º da Constituição Federal de 1988, assinale a opção **correta**.

(A) Para garantir a efetividade do princípio da igualdade, a Constituição Federal de 1988 não prevê nenhuma norma que trate homens e mulheres de maneira diferenciada. O mencionado princípio da igualdade deve ser considerado de forma absoluta, não se admitindo, em nenhuma hipótese, qualquer forma de diferenciação entre os sexos.

(B) O princípio constitucional da igualdade está direcionado exclusivamente ao legislador, pois o Poder Legislativo é o responsável pela formatação do ordenamento jurídico a partir das regras estabelecidas no art. 59 e seguintes da Constituição Federal de 1988.

(C) O princípio da igualdade está direcionado exclusivamente aos órgãos da administração pública, considerando-se ser ela a responsável por aplicar o ordenamento jurídico no caso concreto, mediante atos administrativos, visando à realização do interesse público.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

(D) Embora o princípio da igualdade esteja direcionado a toda a administração pública, é possível que, em determinadas situações, mesmo que não haja um motivo legitimador, ocorram certas diferenciações na seleção de candidatos a ocuparem cargos públicos. Nesse caso específico, a administração pública disporá de discricionariedade ilimitada para escolher os candidatos mais aptos, observando que os agentes públicos que ocupam cargos na estrutura do Estado são os responsáveis pela realização do interesse público.

(E) Analisando-se o princípio da igualdade com relação ao particular, verifica-se que este não poderá tratar os demais membros da sociedade de maneira discriminatória, atingindo direitos fundamentais por meio de condutas preconceituosas, sob pena de responsabilização civil e até mesmo criminal, quando o ato for tipificado como crime. Assim, é vedado ao particular, na contratação de empregados, por exemplo, utilizar qualquer critério discriminatório com relação a sexo, idade, origem, raça, cor, religião ou estado civil.

4. (CEBRASPE - 2023)

Em relação aos direitos e às garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção **correta**.

(A) O direito de resposta assegurado constitucionalmente pela CF é proporcional ao agravo, abarcando os danos materiais e morais advindos da ofensa sem, contudo, abarcar o dano à imagem.

(B) Em virtude da laicidade do Estado, a CF veda a prestação de assistência religiosa às entidades de internação coletiva, sejam elas civis ou militares.

(C) O acesso à informação é um direito assegurado a todos, sendo expressamente vedado o sigilo da fonte.

(D) É possível, nos termos da CF, que alguém seja privado de direitos por motivo de crença religiosa se, além de se eximir de obrigação legal a todos imposta, também se recusar a cumprir prestação alternativa.

(E) De acordo com a CF, o sigilo das comunicações telefônicas não pode ser quebrado em nenhuma hipótese.

5. (CEBRASPE - 2023)

Acerca do princípio da laicidade, assinale a opção correta.

(A) É constitucionalmente aceitável que lei imponha a estados e municípios a aquisição e oferta de publicações religiosas em bibliotecas escolares.

(B) Razões sanitárias não podem fundamentar restrição à liberdade de culto.

(C) Convicção religiosa pode servir como fundamento para que indivíduo se recuse a cumprir obrigação imposta a todos, sem que isso necessariamente implique privação de direitos.

(D) Considerando a prevalência de determinada denominação religiosa em seu território, um estado da Federação pode erigir livro religioso como fonte de orientação de comunidades e grupos sociais.

(E) Como decorrência da laicidade, deve o Estado abster-se de proteger a liberdade de culto.

6. (CEBRASPE - 2025)

A Constituição Federal de 1988 (CF) prevê mecanismos de participação direta do cidadão na vida política. A respeito desses mecanismos de exercício da cidadania, assinale a opção **correta**.

(A) O voto é obrigatório para todos os brasileiros, prescindível a análise de alfabetização.

(B) A ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público pode ser proposta por qualquer cidadão.

(C) O referendo é convocado por iniciativa de qualquer das casas do Congresso Nacional ou do presidente da República.

(D) O plebiscito é convocado após a aprovação de lei pelo Congresso Nacional.

(E) A iniciativa popular de lei exige apoio de, no mínimo, 5% do eleitorado nacional.

7. (CEBRASPE - 2026)

A respeito dos remédios constitucionais, julgue os itens a seguir.

I. O Ministério Público de Contas dos estados possui legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do tribunal de contas perante o qual atua.

II. A imposição de valor a ser ressarcido aos cofres públicos e a previsão de desconto na remuneração do servidor em decorrência de decisão do Tribunal de Contas da União ensejam a legitimidade desta instituição para figurar no mandado de segurança como órgão coator.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

DIREITO PENAL

1. (CEBRASPE - 2022)

Acerca da aplicação da lei penal, assinale a opção correta, de acordo com o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes.

(A) A lei penal mais grave retroagirá para atingir o crime permanente, se a sua vigência for anterior à cessação da permanência, mas esse entendimento não se aplicará ao crime continuado, pois se trata de ficção jurídica que incide sobre crimes já consumados.

(B) A lei nova que proíba a extradição por determinada infração penal será retroativa.

(C) A retroatividade da lei não se aplica à hipótese em que haja redução da pena de multa, pois sua natureza é extrapenal.

(D) Não retroagirá a lei que, sem modificar o *quantum* da pena, altere a sua modalidade de detenção para prisão simples.

(E) Não retroagirá a lei que inclua uma hipótese de inimputabilidade se essa inovação legislativa estabelecer a aplicação de medida de segurança para a mesma situação.

2. (CEBRASPE - 2022)

A respeito da aplicação da lei penal, assinale a opção **correta.**

(A) É possível a aplicação combinada de leis, com vistas à aplicação do resultado mais benéfico ao acusado, desde que ao fato típico sobrevenha lei com algumas disposições mais favoráveis ao réu.

(B) Para fins de definição da aplicação de lei penal no tempo, deve ser considerado o momento da ação ou omissão, e não o momento do resultado.

(C) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução da pena, ainda que se mantenham os efeitos penais secundários da sentença condenatória.

(D) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado antes ou depois de sua vigência.

(E) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, salvo se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

3. (CEBRASPE - 2023)

De acordo com a doutrina e a legislação penal, os prazos penais são

(A) prorrogáveis, incluindo-se em sua contagem o dia do começo.

(B) improrrogáveis, excluindo-se o dia do começo em seu cômputo.

(C) improrrogáveis, incluindo-se em seu cômputo o dia do começo.

(D) prorrogáveis, excluindo-se o dia do começo em sua contagem.

4. (CEBRASPE - 2022)

O cotejo se dá entre fatos concretos, de modo que o mais completo, o inteiro, prevalece sobre a fração. Não há um único fato buscando se abrigar em uma ou outra lei penal caracterizada por notas especializantes, mas uma sucessão de fatos, todos penalmente tipificados, na qual o mais amplo consome o menos amplo, evitando-se que este seja duplamente punido, como parte de um todo e como crime autônomo.

Cleber Masson (com adaptações)

No conflito aparente de normas, o trecho apresentado explica o princípio da

(A) legalidade.

(B) consunção.

(C) especialidade.

(D) subsidiariedade.

(E) alternatividade.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

5. (CEBRASPE - 2026)

Considerando as regras estabelecidas no Código Penal sobre a aplicação da lei penal, assinale a opção correta.

(A) A pena cumprida no estrangeiro pelo agente sempre atenuará a pena que vier a ser imposta no Brasil pelo mesmo crime, seja essa pena de natureza idêntica ou diversa daquela cumprida fora do país.

(B) A mesma regra é adotada para a definição do tempo e a do lugar do crime: considera-se praticado o delito no momento e no lugar da ação ou omissão, sendo irrelevantes o momento ou o local em que se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

(C) A lei excepcional ou temporária não se aplicará ao fato praticado durante o seu período de vigência se uma lei posterior deixar de considerar o fato como crime ou for de qualquer modo mais favorável ao agente, em estrita observância ao princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica.

(D) Fica sujeito à lei brasileira, de forma incondicionada, o crime cometido no estrangeiro contra o patrimônio de empresa pública ou sociedade de economia mista, exigindo-se para a aplicação da pena no Brasil, contudo, que o agente entre no território nacional.

(E) A lei brasileira é aplicável a um crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil; contudo, para a incidência dessa regra, exige-se a conjugação de diversas condições, entre as quais o fato de o agente não ter sido absolvido no estrangeiro, não ter sido pedida ou ter sido negada a extradição, e haver requisição
do Ministro da Justiça.

6. (CEBRASPE - 2025)

Pedro, brasileiro residente no exterior, cometeu, fora do território brasileiro, crime de genocídio contra um grupo religioso e, posteriormente, retornou ao Brasil.

Nessa situação hipotética, Pedro

(A) não poderá ser julgado no Brasil, pois o país não é signatário de tratado sobre genocídio.

(B) não poderá ser julgado no Brasil, pois o crime não foi cometido em território nacional.

(C) poderá ser julgado no Brasil, ainda que absolvido ou condenado no estrangeiro.

(D) poderá ser julgado no Brasil desde que o crime também seja punível no país onde foi praticado.

(E) poderá ser julgado no Brasil se o país onde ocorreu o crime não exercer sua jurisdição.

7. (CEBRASPE - 2022)

Lucas, com 15 anos de idade, conheceu Lívia, com 13 anos de idade, na escola onde estudavam. Com o tempo, ambos se apaixonaram e começaram a namorar. Após terem a primeira relação sexual, Lívia comunicou o fato aos seus pais, os quais, por gostarem de Lucas, convidaram-no a morar junto com Lívia, na casa da família. Lucas, ainda com 15 anos de idade, aceitou prontamente o convite e imediatamente passou a conviver com Lívia, que ainda tinha 13 anos de idade, como marido e mulher, na casa dos pais dela, mantendo, continuamente, relação sexual consentida por Lívia e com a ciência dos pais desta.

Considerando essa situação hipotética e o conceito tripartite de crime, assinale a opção **correta.**

(A) Apenas os pais de Lívia responderão por crime de estupro de vulnerável, na forma da omissão imprópria, por serem autores mediatos do delito.

(B) Apenas Lucas cometeu crime de estupro de vulnerável, pois os pais de Lívia não tiveram conhecimento prévio da primeira relação sexual dos menores.

(C) Lucas é autor do crime de estupro de vulnerável e os pais de Lívia são partícipes pela omissão própria, e cada um deles responderá na medida de sua culpabilidade.

(D) Lucas é autor do crime de estupro de vulnerável e os pais de Lívia são partícipes pela omissão imprópria, e cada um deles responderá na medida de sua culpabilidade.

(E) O fato é atípico, em razão do princípio da adequação social, que suprime a tipicidade material.

8. (CEBRASPE - 2022)

Quando o agente pratica o crime com determinado dolo, mas, por culpa sobressai um resultado mais grave do que o esperado, ocorre

(A) erro de tipo.

(B) erro de execução.

(C) crime preterdoloso.

(D) concorrência de culpa.

(E) erro de proibição.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (CEBRASPE - 2023)

Assinale a opção que apresenta o princípio norteador do processo penal abordado, precipuamente, pelo brocardo *audiatur et altera pars*.

(A) princípio do contraditório
(B) princípio da oralidade
(C) princípio da publicidade
(D) princípio da não autoincriminação
(E) princípio da presunção da inocência

2. (CEBRASPE - 2023)

No que diz respeito aos princípios, aos sistemas e às normas processuais penais, julgue os itens a seguir.

I. A decisão que, sem a oitiva prévia da defesa, determina a transferência ou a permanência de custodiado em estabelecimento penitenciário federal viola os princípios do contraditório e do devido processo.

II. No ordenamento jurídico brasileiro, em regra, a aplicação da lei processual penal rege-se pelo princípio do *tempus regit actum.*

III. Segundo a doutrina majoritária, o sistema inquisitório é caracterizado pela presença de partes distintas *(actum trium personarum),* contrapondo-se acusação e defesa em igualdade de condições, sobrepondo-se a ambas um juiz equidistante e imparcial.

IV. A lei processual penal brasileira veda a adoção das regras de hermenêutica jurídica *ubi eadem legis ratio ibi eadem dispositio* (onde há a mesma razão de ser, deve prevalecer a mesma razão de decidir) e u*bi eadem ratio ibi idem jus* (onde há o mesmo fundamento, há o mesmo direito).

Assinale a opção **correta.**

(A) Nenhum item está certo.
(B) Apenas o item **II** está certo.
(C) Apenas os itens **I** e **II** estão certos.
(D) Apenas os itens **III** e **IV** estão certos.
(E) Apenas os itens **I, III** e **IV** estão certos.

3. (CEBRASPE - 2021)

É exemplo de exceção ao princípio da verdade real no processo penal

(A) a oitiva, por iniciativa do magistrado, de testemunha referida, além daquelas indicadas pelas partes.
(B) o descabimento da revisão criminal contra sentença absolutória transitada em julgado, *pro societate.*
(C) a determinação ex officio pelo juiz de diligências que reputar necessárias, não requeridas pelas partes.
(D) o condicionamento do valor da confissão do réu aos demais meios de prova trazidos ao processo.
(E) a determinação, de ofício, pelo juiz, de busca domiciliar no curso do processo.

4. (CEBRASPE - 2023)

De acordo com o disposto no Código de Processo Penal (CPP), a lei processual penal

(A) admite interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais do direito.
(B) não admite interpretação extensiva, mas permite a suplementação pelos princípios gerais do direito.
(C) admite interpretação extensiva, mas não o suplemento dos princípios gerais do direito.
(D) não admite a aplicação analógica, mas permite a suplementação pelos princípios gerais do direito e a interpretação extensiva.

5. (CEBRASPE - 2024)

José está sendo investigado pela prática do crime de roubo contra Maria. Tanto José quanto Maria têm mais de 18 anos de idade.

No curso do inquérito nessa situação hipotética,

(A) José e Maria poderão requerer qualquer diligência, ficando a autoridade policial vinculada ao pedido.
(B) apenas José poderá requerer qualquer diligência, ficando a autoridade policial vinculada ao pedido.
(C) apenas Maria poderá requerer qualquer diligência, cuja realização ficará a juízo da autoridade policial.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

(D) José e Maria poderão requerer qualquer diligência, cuja realização ficará a juízo da autoridade policial.

(E) apenas José poderá requerer qualquer diligência, cuja realização ficará a juízo da autoridade judicial.

6. (CEBRASPE - 2024)

No que se relaciona à incomunicabilidade do acusado, julgue os itens a seguir, de acordo com o Código de Processo Penal (CPP).

I. A incomunicabilidade do indiciado dependerá sempre de despacho nos autos e somente será permitida quando o interesse da sociedade ou a conveniência da investigação o exigir.

II. A incomunicabilidade, que não excederá de três dias, será decretada por despacho fundamentado do juiz, a requerimento da autoridade policial, desde que oficiada pelo órgão do Ministério Público.

III. Nos crimes contra a saúde pública, a incomunicabilidade só poderá ser decretada se houver requerimento do ministro da Justiça.

Assinale a opção **correta**.

(A) Nenhum item está certo.

(B) Apenas o item **I** está certo.

(C) Apenas o item **II** está certo.

(D) Apenas o item **III** está certo.

(E) Todos os itens estão certos.

7. (CEBRASPE - 2023)

Assinale a opção correta conforme as disposições do Código de Processo Penal (CPP) acerca do inquérito policial.

(A) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

(B) Quando o fato for de difícil elucidação e o indiciado estiver solto, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo marcado pela autoridade policial.

(C) É inadmissível recurso do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito policial.

(D) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, não acompanharão os autos do inquérito.

(E) Admite-se excepcionalmente o arquivamento do inquérito pela própria autoridade policial.

8. (CEBRASPE - 2023)

No tocante ao inquérito policial, julgue os itens seguintes, à luz do Código de Processo Penal (CPP).

I. Para repressão do crime de tráfico de pessoas, o membro do Ministério Público poderá requisitar diretamente às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações que disponibilizem imediatamente os sinais que permitam a localização da vítima do delito em curso.

II. O policial militar que figure como investigado em inquérito policial cujo objeto seja a investigação de fatos relacionados ao uso de força letal no exercício profissional poderá constituir defensor.

III. O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requisitar qualquer diligência, que será realizada pela autoridade policial, em respeito ao princípio da isonomia.

Assinale a opção correta.

(A) Apenas o item I está certo.

(B) Apenas o item II está certo.

(C) Apenas os itens I e III estão certos.

(D) Apenas os itens II e III estão certos.

(E) Todos os itens estão certos.

9. (CEBRASPE - 2022)

Inquérito policial arquivado pelo Ministério Público por ausência de elementos suficientes de informação importa

(A) coisa julgada material.

(B) ilegitimidade *ad causam.*

(C) ilegitimidade *ad processum.*

(D) ausência de justa causa processual em sentido estrito.

(E) prescrição da pretensão punitiva estatal.

10. (CEBRASPE - 2022)

Entre as providências previstas no art. 6.º do Código de Processo Penal, que a autoridade policial poderá realizar imediatamente após ser comunicada da ocorrência de infração penal, inclui-se

(A) realizar busca pessoal e domiciliar com apreensão de objetos, se for o caso.

(B) colher, em caso de prisão, informações sobre a existência de filhos menores do indiciado.

(C) autorizar a interceptação de dados e das comunicações telefônicas do indiciado.

(D) determinar a incomunicabilidade do indiciado por até cinco dias.

(E) prender o indiciado temporária ou preventivamente, conforme a necessidade.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

1. (CEBRASPE - 2024)

Tendo em vista que, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, "É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde", assinale a opção **correta**.

(A) O atendimento pré-natal deve ser realizado por profissionais da atenção terciária.

(B) É negao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, nos períodos pré- e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal.

(C) A gestante tem direito a acompanhamento saudável durante toda a gestação, estabelecendo-se a aplicação de cesariana como principal via de parto para mulheres atendidas no SUS.

(D) Não cabe à atenção primária à saúde realizar busca ativa da gestante que não iniciar ou que abandonar as consultas de pré-natal.

2. (CEBRASPE - 2024)

Uma professora do ensino fundamental suspeita que um de seus alunos, de nove anos de idade, filho de uma amiga sua, está sofrendo agressões físicas em casa; entretanto, quando conversa sobre a suspeita, esse aluno, sempre muito retraído, nega tal fato.

Nessa situação hipotética, em conformidade com o ECA, como medida preventiva para o enfrentamento de violência contra crianças e adolescentes, a qual, muitas vezes se dá de forma silenciosa, a professora deverá

(A) comunicar a suspeita ao conselho tutelar, de imediato.

(B) aguardar a criança se sentir mais segura para confirmar a suspeita e poder comunicar o fato concreto ao conselho tutelar.

(C) conversar com a amiga informalmente sobre a suspeita e resolver sozinha o caso, de modo a abafá-lo.

(D) encaminhar relatório para toda a rede de proteção da criança e do adolescente, informando a suspeita, desde não tenha experiência para resolver o caso descrito.

(E) investigar primeiro o caso para ter certeza e só depois encaminhá-lo para o conselho tutelar, de forma anônima, para não se comprometer com a amiga.

3. (CEBRASPE - 2024)

Pedro, de dois anos de idade, está à espera de um lar, e Ester, solteira, com dezoito anos de idade, quer adotá-lo, visto que possui todas as condições materiais, psicológicas, financeiras e demais qualificações favoráveis à adoção.

Nessa situação hipotética, de acordo com o que preconiza o ECA, Ester

(A) poderá adotar Pedro, pois qualquer pessoa com situação financeira e psicológica comprovada por autoridade judicial poderá adotar uma criança ou adolescente, independentemente do seu estado civil e da sua idade, e da diferença de idade entre ela e a criança.

(B) poderá adotar Pedro.

(C) não poderá adotar Pedro, já que sua idade (dezoito anos), sua condição de solteira e a diferença de idade entre ela e ele são impeditivas.

(D) só poderá adotar Pedro quando completar vinte anos de idade, sendo ou não casada, para atender a exigência de diferença de idade dela para Pedro de, pelo menos, dezoito anos.

(E) poderá adotar Pedro, independentemente de sua idade e de ser casada ou não, desde que, necessariamente, respeite a diferença de idade entre eles.

4. (CEBRASPE - 2023)

A respeito da adoção, assinale a opção **correta.**

(A) A adoção é vedada às pessoas de estado civil solteiro.

(B) Para adoção conjunta, os adotantes devem ser casados civilmente ou manter união estável, comprovada a estabilidade da família.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

(C) O consentimento dos pais para o processo de adoção é dispensado quando o adotando for maior de 12 anos de idade.
(D) Nos casos de morte dos adotantes, o poder familiar dos pais naturais é restabelecido.

5. (CEBRASPE - 2024)

Em uma escola, após reunião do conselho de classe, verificou-se que determinado estudante, já repetente do 3.º ano do ensino fundamental, esteve infrequente no terceiro bimestre, apesar de as suas faltas serem alternadas.

Nessa situação hipotética, com base no ECA, o diretor do estabelecimento de ensino fundamental deverá
(A) registrar a ocorrência no diário de classe, para posterior notificação ao conselho escolar.
(B) notificar a secretaria da escola, para esta proceder ao devido registro do fato no livro de ocorrências.
(C) encaminhar o caso ao Ministério Público, para a devida advertência ao aluno, após esgotados os recursos escolares.
(D) comunicar a ocorrência ao conselho tutelar, após esgotados os recursos escolares.
(E) comunicar a ocorrência ao juiz da infância e juventude.

6. (CEBRASPE - 2024)

Conforme previsto no ECA e no plano nacional de prevenção e erradicação do trabalho infantil, a idade mínima de acesso ao trabalho, desde que este não seja perigoso, insalubre, penoso, noturno e(ou) prejudicial ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, é de
(A) 12 anos.
(B) 14 anos.
(C) 16 anos.
(D) 18 anos.
(E) 21 anos.

7. (CEBRASPE - 2021)

Assinale a opção que apresenta os três princípios que fundamentam a criação dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente, cuja inobservância de qualquer um deles gera a impossibilidade de ação desses conselhos.
(A) intervenção mínima, proteção integral e sigilosidade
(B) prevalência dos interesses, gratuidade e municipalização
(C) prioridade absoluta, primazia e interesse superior
(D) brevidade, excepcionalidade e intervenção precoce
(E) participação, paridade e controle social

8. (CEBRASPE - 2022)

Ainda de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção correta.
(A) As diretrizes da política de atendimento prevista nesse estatuto estipulam a criação de conselhos dos direitos da criança e do adolescente, caracterizados como um espaço de controle social, deliberativo, fiscalizador e avaliativo.
(B) A função de membro do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente é considerada de interesse público relevante e será remunerada para fins de exercício das responsabilidades assumidas nacionalmente.
(C) É facultada a comunicação, ao conselho tutelar, dos casos de suspeita de maus-tratos contra adolescentes, sendo obrigatória apenas depois de confirmação concreta do cenário de violação, para posteriores diligências legais.
(D) O Ministério Público poderá aplicar medida referente à obrigação de tratamento especializado nos casos de crianças que se encontrem em situação de castigo físico ou tratamento cruel ou degradante praticado pelos próprios pais.
(E) O Poder Judiciário, o Ministério Público e os conselhos tutelares têm o dever de fiscalizar entidades governamentais e não governamentais de atendimento a crianças e adolescentes, a fim de que sejam respeitadas as diretrizes e os princípios do estatuto em questão.

9. (CEBRASPE - 2021)

A remissão é instituto que se desdobra em consequências jurídicas, a depender de cada caso concreto. Nesse sentido, a doutrina e a jurisprudência assentaram o entendimento de que a remissão concedida pelo Ministério Público
(A) é modalidade de extinção ou suspensão do processo.
(B) pode ser concedida quando houver indícios de materialidade e autoria.
(C) pode ser cumulada com qualquer outra medida socioeducativa.
(D) implica o reconhecimento ou a comprovação da responsabilidade.
(E) pode ser concedida a qualquer momento antes da sentença.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

EXECUÇÃO PENAL

1. (2025)

Sobre o Regime Disciplinar Diferenciado, segundo a legislação aplicável, assinale a alternativa correta:

(A) Tem duração de 2 anos, prorrogáveis uma única vez, por igual período.

(B) É cabível para membro de associação criminosa, independentemente de cometimento de falta grave.

(C) Todas as entrevistas são monitoradas.

(D) É cumprido sempre em estabelecimento penitenciário federal.

(E) Não é cabível em caso de prisão cautelar.

2. (2025)

Após determinação por parte do juízo federal competente, Caio, estrangeiro (nacional da Argentina), foi preso preventivamente pela prática de determinado crime hediondo. Registre-se que, durante o acautelamento provisório, Caio cometeu nova infração penal dolosa, caracterizadora de falta grave, ocasionando subversão da ordem interna.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei de Execução Penal, é correto afirmar que:

(A) por decisão do juízo competente, Caio poderá ser submetido ao regime disciplinar diferenciado, que terá duração máxima de quatro anos, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave da mesma espécie;

(B) por decisão do diretor do estabelecimento, Caio poderá ser submetido ao regime disciplinar diferenciado, estando sujeito à fiscalização do conteúdo das correspondências;

(C) por decisão do juízo competente, Caio poderá ser submetido ao regime disciplinar diferenciado, estando sujeito à fiscalização do conteúdo das correspondências;

(D) por se tratar de preso estrangeiro, Caio não poderá ser submetido ao regime disciplinar diferenciado;

(E) por se tratar de preso provisório, Caio não poderá ser submetido ao regime disciplinar diferenciado.

3. (2023)

Murilo foi condenado a pena privativa de liberdade em regime semiaberto após ter roubado uma turista.

Segundo as disposições da Lei de Execuções Penais (LEP), ele:

(A) deverá ser classificado pela Comissão Técnica de Classificação que é responsável por elaborar o seu programa individualizador;

(B) deverá ser submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução;

(C) poderá ser submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução;

(D) será entrevistado pelo diretor, dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social para confecção do exame criminológico;

(E) será submetido à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA por técnica adequada e indolor.

4. (2023)

Raul é egresso do sistema penitenciário e está encontrando dificuldades na sua vida extramuros, notadamente em relação à moradia, pois não possui familiares e os poucos amigos não conseguem ajudá-lo.

Nessa situação, a Lei de Execuções Penais no que concerne à Assistência ao Egresso:

(A) coloca como critério para concessão de moradia a comprovação de estar empregado;

(B) é omissa, deixando situações dessa natureza para encaminhamento caso a caso;

(C) estabelece a concessão de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de dois meses;

(D) determina a constituição de uma Comissão com assistente social, psicólogo e pedagogo para exarar parecer a respeito;

(E) dispõe que a Vara de Execuções Penais, a partir do comportamento do egresso, determinará o que será feito.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

5. (2022)

Alberto, cumprindo pena por delito equiparado a hediondo, em unidade prisional de regime fechado, foi instado a trabalhar externamente, pela diretoria do estabelecimento, em entidade privada.

Após a recusa não justificada do apenado, é correto afirmar que:

(A) ao preso em regime fechado, é vedado o trabalho externo;

(B) aos condenados por crimes hediondos ou equiparados, é vedado o trabalho externo;

(C) o condenado à pena privativa de liberdade é obrigado a trabalhar, sob pena de cometimento de falta grave;

(D) o preso, cumprindo pena em regime fechado, poderá prestar serviço em entidade privada, desde que haja sua expressa manifestação de concordância;

(E) para autorização de trabalho externo é indispensável a autorização do diretor da unidade prisional, bem como observância de requisitos subjetivos de aptidão, disciplina e responsabilidade e requisito objetivo consistente em cumprimento mínimo de 1/8 da pena.

6. (2022)

Pedro, réu primário, foi condenado, em março de 2020, à pena privativa de liberdade de 12 (doze) anos, em regime inicialmente fechado, por cometimento de crime hediondo com resultado morte. Quando já havia cumprido 2 (dois) anos e 5 (cinco) meses da pena, foi surpreendido por um agente penitenciário, portando um aparelho telefônico apto a estabelecer comunicação com o ambiente externo.

Neste caso, nos termos da Lei de Execuções Penais (LEP), é **correto** afirmar que

(A) Pedro cometeu falta leve, pois a falta grave somente se configura quando o detento é flagrado utilizando efetivamente o aparelho telefônico ou outro similar para estabelecer comunicação com o ambiente externo ou quando apresentar reincidência na conduta de portar aparelho telefônico ou similar.

Portanto, deverá ser advertido pela autoridade administrativa competente e poderá progredir de regime, quando houver cumprido 2/5 (dois quintos) da pena, em razão da natureza hedionda do crime cometido.

(B) Pedro cometeu falta grave, pois a LEP não faz distinção, para fins de qualificação da conduta como falta grave, entre os atos de portar e utilizar efetivamente aparelho telefônico para estabelecer comunicação com o ambiente externo.

Portanto, deverá ser advertido pela autoridade administrativa competente e poderá progredir de regime, quando houver cumprido 2/5 (dois quintos) da pena, em razão da natureza hedionda do crime cometido.

(C) Pedro não cometeu falta leve ou grave, pois a LEP não qualifica como falta a conduta do detento de, tão somente, portar aparelho telefônico, sendo necessário o flagrante de efetiva comunicação com o ambiente externo através do aparelho telefônico para a configuração da respectiva falta.

Portanto, Pedro poderá progredir de regime, quando houver cumprido 50% (cinquenta por cento) do montante da pena.

(D) Pedro cometeu falta grave, ainda que não tenha sido flagrado, efetivamente, estabelecendo comunicação com o ambiente externo. Portanto, estará sujeito às sanções disciplinares previamente estabelecidas e o prazo para a obtenção da progressão de regime de cumprimento da pena será interrompido. Caso em que o reinício de sua contagem terá como base a pena remanescente.

(E) Pedro cometeu falta média, pois a falta grave somente se configura quando o detento é flagrado utilizando efetivamente o aparelho telefônico ou outro similar para estabelecer comunicação com o ambiente externo.

Portanto, estará sujeito às sanções disciplinares previamente estabelecidas e o prazo para a obtenção da progressão de regime de cumprimento da pena será majorado para 60% (sessenta por cento) da pena fixada em sentença.

7. (2021)

Rafael, preso provisório, agride dolosamente o seu companheiro de cela, causando-lhe lesão corporal de natureza grave e gerando grande confusão que iniciou uma subversão da ordem interna. Após procedimento disciplinar, assegurado direito de defesa, o diretor do estabelecimento prisional aplica a Rafael sanção disciplinar consistente na sua inclusão no regime disciplinar diferenciado, pelo período de 45 dias.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

1. (CEBRASPE - 2024)

No que se refere à clássica subdivisão das gerações/dimensões dos direitos humanos (1.ª, 2.ª e 3.ª gerações), assinale a opção que apresenta, respectivamente, um direito de 1.ª e um direito de 2.ª geração.

(A) direito à proteção à infância e direito à propriedade

(B) direito à privacidade na era digital e direito ao acesso à Internet

(C) direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e direito à paz

(D) direito à democracia e direito à liberdade de expressão

(E) direito à participação popular e direito à saúde

2. (CEBRASPE - 2023)

Com relação aos direitos humanos e aos direitos fundamentais, assinale a opção incorreta.

(A) A teoria dos *status*, de Georg Jellinek, serviu como fundamento para a classificação doutrinária dos direitos fundamentais, definindo que o *status* não se confunde com o direito, pois o *status* tem como conteúdo o "ser" e o direito tem como conteúdo o "ter". O autor classifica as seguintes relações de *status*: *status* passivo (ou *status subjectionis*), status negativo (ou *status libertatis*), status positivo (ou *status civitatis*) e status ativo (ou *status* da cidadania ativa).

(B) A teoria do duplo controle ou crivo de direitos humanos reconhece a atuação conjunta do controle de constitucionalidade pelo STF e pelos juízos nacionais e do controle de convencionalidade internacional pela Corte de San José e por outros órgãos de direitos humanos do plano internacional. Esse duplo controle parte da constatação da atuação simultânea dos tribunais para a proteção dos direitos humanos, devendo um recurso ser ordinário, acessível e eficaz e permitir exame ou revisão integral da sentença recorrida tanto pelo STF quanto pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

(C) A interseccionalidade dos direitos humanos é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação, haja vista a associação da discriminação com múltiplos fatores, detectando-se diferentes formas de opressão e de tratamento discriminatório baseadas em raça, gênero, condição social, idade, orientação sexual, entre outras formas de identidade social, que se inter-relacionam, o que demonstra que a discriminação possui efeitos mais gravosos em grupos vulneráveis.

(D) A dimensão subjetiva dos direitos humanos tem como perspectiva o indivíduo: é ele que possui direito fundamental e é titular de uma posição jurídica subjetiva. Por sua vez, a dimensão objetiva tem como pressuposto o entendimento de que as normas não podem ser apenas consideradas sob a perspectiva dos indivíduos, enquanto posições jurídicas de que estes são titulares perante o Estado, pois elas também se constituem como um conjunto de valores objetivos básicos e fins diretivos da ação positiva dos poderes públicos, por possuírem eficácia sobre todo o ordenamento jurídico e fornecerem diretrizes para os órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

(E) O princípio da proibição da proteção insuficiente ou imperativos de tutela (*untermassverbote*) emana do princípio da proporcionalidade e impede que o Estado se omita, deixando de proteger minimamente os bens jurídicos. Ele impõe ao Estado a adoção de medidas adequadas e suficientes para garantir a proteção dos direitos fundamentais, exigindo dos órgãos estatais o dever de tutelar, de forma adequada, determinados direitos consagrados na Constituição.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.

3. (CEBRASPE - 2022)

Acerca de universalismo e relativismo cultural em questões de globalização e direitos humanos, assinale a opção **correta**.

(A) A globalização conduz inevitavelmente a uma concepção universalista dos direitos humanos.

(B) A ideia do relativismo cultural surgiu com as primeiras declarações de direitos.

(C) O universalismo na temática de direitos humanos é contestado pelos países ocidentais, que alegam diferenças culturais face ao mundo islâmico.

(D) Segundo a Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing, os direitos humanos das mulheres somente podem ser garantidos em um contexto de relativismo cultural.

(E) Boaventura de Sousa Santos propõe uma superação do debate sobre universalismo e relativismo a partir de uma concepção multicultural dos direitos humanos.

4. (CEBRASPE - 2022)

Acerca do sistema onusiano de proteção dos direitos humanos (universal ou global), assinale a opção **correta.**

(A) Em 2006, a Comissão de Direitos Humanos foi substituída pelo Comitê de Direitos Humanos.

(B) O Conselho de Direitos Humanos é órgão vinculado à Assembleia Geral das Nações Unidas, porém goza de maior autonomia que a Comissão de Direitos Humanos.

(C) Um dos mecanismos mais importantes de monitoramento dos direitos humanos no sistema universal é a revisão periódica universal (RPU), fundada no *pee review* no âmbito do Comitê de Direitos Humanos.

(D) O Comitê de Direitos Humanos é órgão vinculado ao Pacto de Direitos Civis e Políticos e ao Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que compõem o chamado *bill of rights.*

(E) Igualmente ao sistema interamericano, o sistema global de proteção dos direitos humanos prevê a existência de uma corte que será responsável pela apreciação de petições individuais e estatais e, enquanto esta não for criada, tal função será exercida pela Corte Internacional de Justiça.

5. (CEBRASPE - 2022)

A cada grande surto de violência, os homens recuam, horrorizados, à vista da ignomínia que afinal se abre claramente diante de seus olhos; e o remorso pelas torturas, as mutilações em massa, os massacres coletivos e as explorações aviltantes fazem nascer nas consciências, agora purificadas, a exigência de novas regras de

uma vida mais digna para todos.

Fábio Konder Comparato. A afirmação histórica dos direitos humanos.

3.ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 37 (com adaptações).

Considerando a perspectiva acerca dos direitos humanos adotada no texto apresentado, assinale a opção **correta**.

(A) Os direitos humanos surgem de uma atuação positiva do Estado, com a criação de novas regras para a dignidade humana.

(B) Os direitos humanos decorrem de um acordo de vontades de pessoas autônomas e esclarecidas.

(C) Os direitos humanos são antecedidos, na sua origem, pelas grandes descobertas científicas ou invenções técnicas.

(D) Os direitos humanos possuem uma dimensão ética, e a análise das suas diferentes etapas de afirmação pauta-se na compreensão histórica desses direitos.

(E) Os direitos humanos têm natureza religiosa, uma vez que o ser humano, confrontado com o mal e o pecado, com a dor física e espiritual, procura, por meio do direito, uma vida mais digna e repleta de paz.

6. (CEBRASPE - 2024)

No que se refere à Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP), assinale a opção **correta**.

(A) A DUDH carece de institucionalização, normatização e mecanismos internacionais específicos para o monitoramento das violações dos direitos humanos e a exigibilidade desses direitos.

(B) Embora a DUDH seja omissa quanto aos conceitos de liberdade de expressão e censura as políticas relativas ao pluralismo e à diversidade da mídia são frequentemente implementadas.

(C) Ao longo de sua trajetória, a humanidade formulou e consolidou princípios e valores relacionados aos direitos humanos, incluindo-se os direitos à liberdade, justiça, igualdade e dignidade.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquiria o material com desconto clicando aqui.